

CONTRATO CEDAE N.º 124 /2018 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e **ANA CAROLINA MARQUES GUIMARÃES EPP.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO MOREIRA CABRAL, doravante denominada **CEDAE**, e a **ANA CAROLINA MARQUES GUIMARÃES EPP.**, com sede na Rua Ângelo Vendrame nº 825, Bairro Novo Jardim Stabile, Birigui-SP, CEP 16.204-068, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.595.749/0001-36, neste ato por meio de sua Procuradora ao final assinada, Srª. GIOVANA XAVIER ALVES, portadora da cédula de identidade de nº 58.959.806-5, inscrita no CPF sob nº 041.339.261-96, residente e domiciliada na Rua Bahia, nº 944, Vila Mendonça, Araçatuba-SP, CEP 16.015-305, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.132/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 374/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/19/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente **CONTRATO** tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS DE 350 CV/60HZ – 4 POLOS PARA ELEVATÓRIA DA ROCINHA"**.

Item	Descrição	Quant. (UN.)
1	Motor Elétrico Trifásico de 350CV – 4 Polos – 440V, Forma Construtiva B3D/B3E	02

\*Descrição detalhada na proposta da contratada inserida às fls. 413 do processo E-07/100.132/2018 (volume 002)

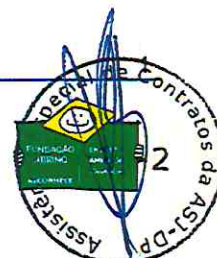
**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.





**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 374/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.
- g) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064  
Código Orçamentário: 44.90.52.21  
Fonte de Recursos: 10  
Conta Contábil: 141110011  
Centro de Custos: DG00020000  
Id da Reserva Orçamentária: 2018001085

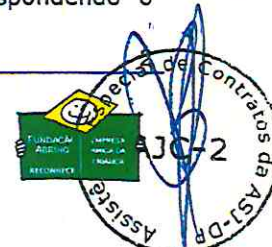
**CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:**

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 211.462,96 (duzentos e onze mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos)**.

Item	Descrição	Quant. (UN.)	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Motor Elétrico Trifásico de 350CV / 60 Hz – 4 Polos – 440V – Forma Construtiva B3D/B3E	02	105.731,48	211.462,96
TOTAL:				211.462,96

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.





**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

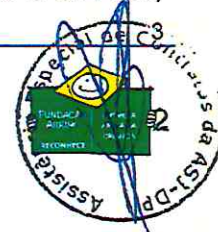
**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

#### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ **R\$ 211.462,96 (duzentos e onze mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos)** em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS,





sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso)".

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspensos pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.



**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

**PARÁGRAFO SEXTO:** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

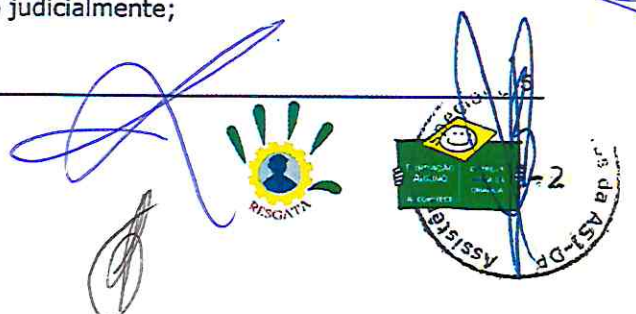
b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO NONO:** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O valor das multas previstas na alínea "b", do item 18.1, e no item 18.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;





**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

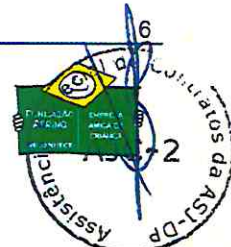
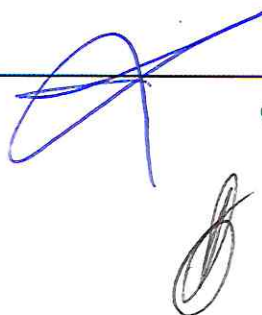
#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.





**PARÁGRAFO QUARTO:** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

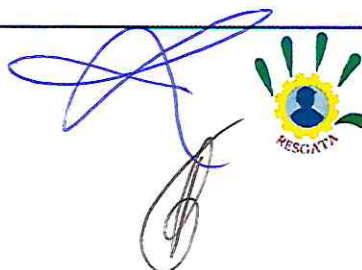
Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





**PARÁGRAFO SEXTO** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO**- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.


**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO**- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 14 de Dezembro de 2018.

Pela **CEDAE**:

  
**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente

  
**HELTO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações  
com Investidores

Pela **CONTRATADA**:

  
**GIOVANA XAVIER ALVES**  
Procuradora

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Ref. Contr-ANA-CAROLINA-MARQUES-EPP-aquisicao-de-motores-eletricos-trifasicos-PE-374-2018-VBO



Distância entre eixos: 5,950mm  
Lotação: 43 passageiros sentados + 1 PDD e 32 passageiros em pé.  
Obs.: Sem posto de cobrador

**PROC. Nº E-10/005/112022/2018 - AUTORIZO** a reformulação do quadro de horários da linha B410 Cabo Frio - Arçaçá "SA", permitida à empresa Viação Montes Brancos LTDA (RJ-196), conforme abaixo especificado, mantidas as demais características operacionais: Partidas de Cabo Frio: Diariamente: As 6h50, 11h, 14h30, 17h30 e às 20h20. Partidas de Arçaçá: Diariamente: As 5h50, 9h30, 13h e às 17h. Frota Mínima: 01 (um) ônibus urbano.

**PROC. Nº E-10/005/112190/2018 - AUTORIZO** a reformulação do quadro de horários e frota da linha P425 Barra Mansa - Passa Três "SA", operada pela empresa Colitur Transportes Rodoviários LTDA (RJ-116), conforme abaixo especificado, mantidas as demais características operacionais: Partidas de Barra Mansa: Diariamente: As 7h15, 10h45, 14h45 e às 19h. Partidas de Passa Três: Diariamente: As 5h50, 9h30, 13h e às 17h. Frota Mínima: 02 (dois) ônibus urbanos.

**PROC. Nº E-10/005/112229/2018 - AUTORIZO** o reforço das frota das linhas Rio de Janeiro - Valença, Rio de Janeiro - Vassouras, Rio de Janeiro - Arcozelo, Niterói - Valença e Niterói - Vassouras, operadas pela empresa União Transportes Interestaduais de Luxo S/A - UTIL (RJ-226), com ônibus rodoviários pertencentes às empresas Luz Rio Turismo LTDA (RJ-838) e Bel Tour Turismo e Transportes LTDA (RJ-508), durante o período de 17 de dezembro de 2018 a 17 de janeiro de 2019, sendo que os citados veículos deverão estar com suas vistas e documentação devidamente regularizadas perante o DETRO/RJ.

DE 18.12.2018

**PROC. Nº E-10/005/8222/2015 - MANTENHO O INDEFERIMENTO**, com fundamento no despacho de fls.249/251.

**PROC. Nº E-10/005/13918/2017 - INDEFIRO**, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

**PROC. Nº E-10/005/835/2018 - INDEFIRO**, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

**PROC. Nº E-10/005/111715/2018 - INDEFIRO**, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

## DIRETORIA ADMINISTRATIVA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

## DESPACHOS DO DIRETOR

**PROC. Nº E-10/005/110925/2018 - CONCEDO**, nos termos do artigo 129, do Decreto nº 2479/79 e artigo 1º da Lei nº 1054/06, a ANRIET DE SOUZA BRITO, Agente Administrativo, Quadro Suplementar, Id Funcional nº 26935420, 09 (nove) meses de Licença - Prêmio, referente ao período base de 03/02/1990 a 07/05/1995, tornando sem efeito a publicação anterior referente ao mesmo benefício, face ao extrativo do Processo nº E-10/130916/1995.

**PROC. Nº E-10/005/110925/2018 - CONCEDO**, nos termos do artigo 129, do Decreto nº 2479/79 e artigo 1º da Lei nº 1054/06, a ANRIET DE SOUZA BRITO, Agente Administrativo, Quadro Suplementar, Id Funcional nº 26935420, 09 (nove) meses de Licença - Prêmio, referentes aos períodos base de 19/11/2001 a 27/11/2006, 14/12/2007 a 12/12/2012 e 13/12/2012 a 10/12/2017.

Id: 2153366

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

## RETIFICAÇÃO

D.O. DE 26.11.2018

PAGINA 20 - 3ª COLUNA

## DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 03.11.2018

Proc. nº E-10/005/107597/18  
Onde se lê: ... Frota mínima: 22 (vinte e dois) ônibus urbanos.  
Leia-se: ... Frota mínima: 17 (dezessete) ônibus urbanos

Id: 2153452

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE RECURSOS

## ATA DA 39ª REUNIÃO REALIZADA

EM 17 DE DEZEMBRO DE 2018

**RECURSOS CONHECIDOS E INDEFERIDOS:** Viagem Ponte Coberta LTDA - E-10/005/100905/2018 - AI D 671947; Auto Viagem Reginas LTDA - E-10/005/102877/2018 - AI D 705707; E-10/005/102879/2018 - AI D 725611; E-10/005/106042/2018 - AI D 673981; E-10/005/107035/2018 - E-10/005/108313/2018 - AI D 729414; Rio Ita LTDA - E-10/005/104486/2018 - AI D 726246; Master Transportes Coletivos de Passagem LTDA - E-10/005/104577/2018 - AI D 719715; Luciano Rodrigues Francisco - E-10/005/105728/2018 - AI D 720032; Viagem União LTDA - E-10/005/106351/2018 - AI D 729019; E-10/005/106353/2018 - AI D 729016; T. B. Transportes Branco EIRELI - E-10/005/106355/2018 - AI D 721547; Transportadora Tinguá LTDA - E-10/005/106358/2018 - AI D 726254; E-10/005/106362/2018 - AI D 729011; E-10/005/106365/2018 - AI D 720013; União Transportes Interestaduais de Luxo S.A. - E-10/005/108159/2018 - AI 510081; Viagem Mauá S.A. - E-10/005/108163/2018 - AI D 714428; E-10/005/111136/2018 - AI D 705725; Transportes Unica Petropolis LTDA - E-10/005/108174/2018 - AI D 681222; Evarist Transportes e Turismo LTDA - E-10/005/108575/2018 - AI D 721571; Auto Viagem 1001 LTDA - E-10/005/110054/2018 - AI D 726261; Auto Viagem Vera Cruz LTDA - E-10/005/111130/2018 - AI D 729418; Facil Transportes e Turismo LTDA - E-10/005/111144/2018 - AI D 658819; Viagem São José LTDA - E-10/005/111338/2018 - AI D 728265; RECURSO NÃO CO-NECIDO PELA INTEMPESTIVIDADE: Josean Miranda da Silva - E-10/005/6554/2018 - AI D 714629. Nada mais havendo, foi encerrada a 39ª reunião da CPJR.

Id: 2153448

## COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS

## DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 07.12.2018

**PROCESSO Nº E-10/004/300/2017 - O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE**, em cumprimento ao determinado no inciso VI, do artigo 14, do Decreto nº 41.880, de 25 de maio de 2009, declara o reconhecimento da dívida em favor da Empresa IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrita no CNPJ sob nº 28.542.017/0001-90, no valor de R\$ 36.984,52 (trinta e cinco mil novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), referente aos serviços de publicações no Diário Oficial, relativo ao período de novembro de 2018, a qual não foi paga no exercício de 2018, conforme Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e nº 0001480, emitida em 24/03/2017. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente RECONHECIMENTO DA DÍVIDA para que surta seus devidos e legais efeitos.

Id: 2153338

## Secretaria de Estado do Ambiente

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## ATOS DO PRESIDENTE

DE 11.12.2018

**APOSENTA SEBASTIÃO ERCLIO DA SILVA**, Ajudante Operacional, matrícula nº 187-5, Id Funcional 2693932-4, do Quadro I, Classe III, Nível G, tendo por base legal o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. Processo nº E-07/002.102201/2018.

**APOSENTA MARIA ISABEL DE CARVALHO**, Químico, matrícula nº 2701357-2, Id Funcional 2151014-8, do Quadro I, Classe III, Nível G, tendo por base legal o § 1º, inciso III, alínea "a" do artigo 40 da Constituição da República de 1988, combinado com a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Processo nº E-08/006.100121/2018.

**APOSENTA VALTER SANTOS RODRIGUES FILHO**, Ajudante Operacional, matrícula nº 2701278-0, Id Funcional 2148682-4, do Quadro I, Classe II, Nível G, tendo por base legal o § 1º, inciso III, alínea "a" do artigo 40 da Constituição da República de 1988, combinado com a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Processo nº E-07/002.102250/2018.

Id: 2153506

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 13.12.2018

**\*PROCESSO Nº E-07/002/106993/2018 - AUTORIZO** a despesa, visando o reembolso em favor do servidor LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA, Id Funcional 2150205-8, Analista Ambiental/Arquiteto, cedido a Secretaria de Estado de Governo, em virtude da prestação de serviços advocatícios por TIAGO LINS E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 04.609.106/0001-48 e na OAB/RJ sob o nº 102.065, no valor global de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).  
\*Omitido no D.O. de 14.12.2018.

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO  
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## DESPACHOS DA GERENTE

DE 18.12.2018

**PROCESSO Nº E-07/101.435/1995 - De acordo** com a Deliberação nº 469/1991, procedemos a apuração de Tempo de Serviço para fins de Licença-Prêmio da servidora ROSEMARY PERROT FERREIRA, Id nº 2689703-0, Cargo Auxiliar Operacional. Sendo assim, autorizo a concessão de 09 (nove) meses de benefício, tendo em vista o prazo relativo ao quinquênio de 09/08/2000 a 07/08/2005, 08/08/2005 a 06/08/2010 e de 07/08/2010 a 05/08/2015.

**PROCESSO Nº E-07/002.01529/2016 - De acordo** com a Deliberação nº 469/1991, procedemos a apuração de Tempo de Serviço para fins de Licença-Prêmio do servidor JOSE MARIA DE MESQUITA JUNIOR, Id nº 21486-6, Cargo Engenheiro. Sendo assim, autorizo a concessão de 03 (três) meses de benefício, tendo em vista o prazo relativo ao quinquênio de 29/06/2013 a 27/06/2018.

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAÍA DA ILHA GRANDE

## DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 18.12.2018

**PROCESSO Nº E-07/002.1808/2013 - INDEFIRO** o requerimento de Licença Ambiental Simplificada - LAS solicitado pela Sra. Maria Katiusscia Barbosa Teixeira para construção de residência unifamiliar na Praia da Ribeira - Angra dos Reis - RJ, com base nos autos do processo.

**PROCESSO Nº E-07/002.683/2003 - INDEFIRO** o requerimento de Licença de Instalação - LI solicitada pela Sra. Dora Galdames para construção de residência unifamiliar na Boa Vista - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

**PROCESSO Nº E-07/510.034/2011 - INDEFIRO** o requerimento de Licença Ambiental Simplificada - LAS solicitada pela Brasil Supply S/A para recebimento, armazenamento e fornecimento de grãos sólidos no Centro - Angra dos Reis - RJ, com base nos autos do processo.

**PROCESSO Nº E-07/512.412/2011 - INDEFIRO** o requerimento de Licença Ambiental Simplificada - LAS solicitada pelo Sr. Carlos Eduardo Elias Rabinha para construção do comércio horizontal no Reiuro - Angra dos Reis - RJ, com base nos autos do processo.

**PROCESSO Nº E-07/002.807/2002 - INDEFIRO** o requerimento de Licença de Instalação - LI solicitada pelo Sr. Orlando de Oliveira Gallego para construção de residência unifamiliar em Mangaratiba - RJ, com base nos autos do processo.

**PROCESSO Nº E-07/002.1133/2017 - DEFIRO** o requerimento de Licença Ambiental Simplificada - LAS solicitada pelo Sr. Carlos Kazuo Jazbick Tonack para implantação de maricultura na Enseada do Bananal - Ilha Grande - Angra dos Reis - RJ, com base nos autos do processo.

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAÍA DE GUANABARA

## DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 17.12.2018

**PROCESSO Nº E-07/501.473/2001 - INDEFIRO** o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos ao imóvel situado à ESTRADA DO RIO GRANDE - 3003 PROJETAJÁ 3 129 - TAQUARA, Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 198/18, referente ao processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/50195/2009 - INDEFIRO** o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos ao imóvel situado à ESTRADA DE JACAREPAGUÁ, 7544 - FREGUESIA, Município RIO DE JANEIRO - RJ com base no Parecer Técnico nº 196/18, referente ao processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/002.886/2008 - INDEFIRO** o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos ao imóvel situado a RODOVIA WASHINGTON LUIZ, nº 5609 - JARDIM GRAMA-CHO, Município DUQUE DE CAXIAS - RJ com base no Parecer Técnico nº 197/18, referente ao processo em referência.

Id: 2153516

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 04/12/2018

**DESIGNA ROBERTO LUIZ MARQUES DE SOUZA**, Agente Administrativo F, como Presidente, **ROGERIO COSTA MEDEIROS**, **HERMES CLAUDIO MACHADO**, Técnicos de Eletromecânica II, como membros titulares e **JORGE LUIZ DE BRITO**, Agente de Saneamento H, como suplente, Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico Contabilidade II, **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "AQUISIÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS DE 380V/60Hz - 4 POLOS PARA ELEVATORIA DA ROCINHA", de que trata o Processo nº E-07/100.132/2018, Ordem de Serviço "E" Nº 15.351/2018.

Id: 2153503

## INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO

## DO RIO DE JANEIRO

## DESPACHO DA PRESIDENTE

DE 14.12.2018

**PROCESSO Nº E-07/020.142/2018 - Tendo** em vista a Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico nº 004/2018, que tem como objeto a aquisição de cartuchos e toners, **HOMOLOGO** o resultado do certame, cujo objeto foi adjudicado em favor da Empresa SUP LIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME, vencedora do Lote Único, no valor de R\$ 17.127,27 (dezessete mil cento e vinte e sete reais e vinte e sete centavos).

Id: 2152834

Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

## CHEFIA DE GABINETE

## ATOS DO CHEFE

DE 18.12.2018

**REMOVE** a servidora **KARLA CORRÊA MORAES**, Id nº 2691475, do Departamento Geral de Administração e Finanças, para a Divisão de Orçamento e Finanças, Processo nº E-02/007/102486/2018.

**REMOVE** a servidora **RENATA VICÊNCIA FIGUEIRA DELDUQUE**, Id nº 5035030, do Departamento Geral de Administração e Finanças, para a Divisão de Orçamento e Finanças, Processo nº E-02/007/102486/2018.

**REMOVE** o servidor **JEOVANE VIEIRA DA SILVA**, Id nº 43899552, da Chefia de Gabinete para a Divisão de Pessoal, Processo nº E-02/007/102486/2018.

**REMOVE** a servidora **LAIS DE OLIVEIRA BEZERRA RODRIGUES**, Id nº 50367447, do Departamento Geral de Administração e Finanças para a Divisão de Pessoal, Processo nº E-02/007/102486/2018.

Id: 2153210

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS

## ATO DO DIRETOR-GERAL

DE 17.12.2018

**DESIGNA** os servidores **RAFAEL BENDER**, Id Funcional nº 44576340 e **RICARDO ROGERIO DA SILVA**, Id Funcional 19315708, para proceder o inventário geral das existências físicas do Almoxarifado, para o encerramento de presente exercício, Processo nº E-02/007/102483/18.

Id: 2153313

## Secretaria de Estado de Cultura

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS  
DE 18/12/2018

**PROCESSO Nº E-18/001/1069/2017 - HOMOLOGO** a Concorrência nº 001/2018, do Tipo Menor Preço Global, ratificando os procedimentos adotados pelo Pregoeiro e o resultado do referido certame, conforme Atas de Sessão Pública às fls. 1.555 e 1.710 do p.p., cujo objeto é Contratação de empresa para execução de obras de construção do Complexo Exibidor do Município de Cordeiro, "Projeto Cinema na Cidade" fornecido pela Agência Nacional de Cinema - ANCINE. A empresa RIVAN Construtora LTDA, inscrita no CNPJ nº 3.858.200/0001-66, foi declarada vencedora, com valor global de R\$ 2.788.930,07 (dois milhões, setecentos e oitenta e oito mil novecentos e trinta reais e sete centavos).

Id: 2153378

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 19.12.2018

**PROC. Nº E-18/100289/2018 - TORNAR SEM EFEITO** o despacho do Presidente do 13.12.2018, publicado no D.O. de 19.12.2018.

Id: 2153364

Secretaria de Estado de  
Esporte, Lazer e Juventude

## ATO DO SECRETÁRIO

## RESOLUÇÃO SEELJE Nº 167 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

**INSTAURA COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS E DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

**Art. 1º** - Instaurar Comissão Permanente de Tomada de Contas, nos termos da Deliberação TCE nº 279/2017 e Instrução Normativa AGE nº 22/2013.

**Art. 2º** - Designar os servidores, abaixo listados, para compor a Comissão:

**LENISE MONTEIRO NUNES MENDONÇA** - Id Funcional nº 5076006-8, Presidente;

**KATHRYN GRAYSON FATIMA SILVA** - Membro, Id Funcional 503323-9;

**VITOR HUGO MOREIRA LEITE** - Id Funcional nº 5015241-6, Membro.

**Art. 3º** - Os resultados das atividades desenvolvidas, no âmbito da Comissão, serão consolidados e irão compor o Relatório Final a ser encaminhado ao Titular desta Pasta.

**Art. 4º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2018

**JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO**

Secretário de Estado de Esporte, Lazer e Juventude

Id: 2153363

## SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## ATO DO SUBSECRETÁRIO

## PORTARIA SUBSECP Nº 40 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

**DESIGNA GESTOR E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS.**

**O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas através da Resolução SEELJE nº 162 de 06 de abril de 2018, e considerando o disposto na Resolução SEELJE nº 145 de 29 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº E-30/001/161/2018;

## RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar, como Gestor, o servidor Washington Fernandes Lima, Id. 5012215-0, do Contrato SEELJE nº 002/2018, celebrado com a Taurus Serviços Eireli, e constituir a Comissão de Acompanhamento da Execução do Recebimento e da Fiscalização do supracitado contrato com os seguintes servidores:

Presidente: Michelle Aparecida de Barros Martins, Id Funcional 5037039-1;

Membro: Michael Alves da Silva, Id Funcional 5014241-0;

Membro: Julio Cesar Das Flores Martins Rodrigues, Id Funcional 5090770-0.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2018

**FRANCISCO HARILTON ALVES BANDEIRA**

Subsecretário de Estado de Planejamento e Gestão

Id: 2153376

## Secretaria de Estado do Ambiente

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## ATOS DO PRESIDENTE

DE 11.12.2018

**APOSENTA SEBASTIÃO ERCLIO DA SILVA**, Ajudante Operacional, matrícula nº 187-5, Id Funcional 2693932-4, do Quadro I, Classe III, Nível G, tendo por base legal o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. Processo nº E-07/002.102201/2018.

Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

## CHEFIA DE GABINETE

## ATOS DO CHEFE

DE 18.12.2018

**REMOVE** a servidora **KARLA CORRÊA MORAES**, Id nº 2691475, do Departamento Geral de Administração e Finanças, para a Divisão de Orçamento e Finanças, Processo nº E-02/007/102486/2018.

**REMOVE** a servidora **RENATA VICÊNCIA FIGUEIRA DELDUQUE**, Id nº 5035030, do Departamento Geral de Administração e Finanças, para a Divisão de Orçamento e Finanças, Processo nº E-02/007/102486/2018.

Id: 2153292



## Secretaria de Estado do Ambiente

RETIFICAÇÃO  
D.O. DE 11.12.18  
PÁGINA 23 - 1ª COLUNA

## EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato SEA/UEPSAM nº 002/2015

Onde se lê: Valor: R\$ 13.750.248,58 (treze milhões, setecentos e cinquenta e nove mil duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos)  
Leia-se: Valor: R\$ 13.750.248,58 (treze milhões, setecentos e cinquenta e seis mil duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos)

Id: 2153278

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3467, de 14 de setembro de 2000, tendo em vista a impossibilidade de entrega da notificação SUPBG-NOT/01102093, que versa sobre indeferimento da certidão ambiental de uso insignificante de recursos hídricos. **PROCESSO Nº E-07/102.095/2009.**

## CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Arachis Comércio de Plantas Ltda. CNPJ Nº: 09.458.928/0001-23. **ENDEREÇO:** Estrada dos Bandeirantes, 8923 - Curicica - Rio de Janeiro - RJ.

Esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao INEA/SUPBG na Avenida Feliciano Sodré, 08 - Centro - Niterói - RJ, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de publicação.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3467, de 14 de setembro de 2000, tendo em vista a impossibilidade de entrega da notificação SUPBG-NOT/01101987, que versa sobre indeferimento da certidão ambiental de uso insignificante de recursos hídricos. **PROCESSO Nº E-07/102.453/2008.**

## CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Auto Posto Map Barra Ltda. CNPJ Nº: 02.568.829/0001-68. **ENDEREÇO:** Av. das Américas, 1510 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ.

Esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao INEA/SUPBG na Avenida Feliciano Sodré, 08 - Centro - Niterói - RJ, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de publicação.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3467, de 14 de setembro de 2000, tendo em vista a impossibilidade de entrega da notificação SUPBG-NOT/01102099, que versa sobre indeferimento da certidão ambiental de uso insignificante de recursos hídricos. **PROCESSO Nº E-07/151.274/2011.**

## CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Araújo Comércio de Móveis Eletrodomésticos e Artigos de Decoração Ltda-EPP. CNPJ Nº: 00.615.471/0001-89. **ENDEREÇO:** Av. das Américas, 14423 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ.

Esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao INEA/SUPBG na Avenida Feliciano Sodré, 08 - Centro - Niterói - RJ, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de publicação.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3467, de 14 de setembro de 2000, tendo em vista a impossibilidade de entrega da notificação SUPBG-NOT/01099596, que versa sobre indeferimento da certidão ambiental de uso insignificante de recursos hídricos. **PROCESSO Nº E-07/102.273/2008.**

## CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Maria Lúcia Rodrigues Lessa. CPF Nº: 922.124.177-72. **ENDEREÇO:** Estrada dos Bandeirantes, 8903 casa 2 - Curicica - Rio de Janeiro - RJ.

Esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao INEA/SUPBG na Avenida Feliciano Sodré, 08 - Centro - Niterói - RJ, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de publicação.

Id: 2153509

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

## AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO designadas pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2018.**  
**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE DA PLATAFORMA A03.

**TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço Global.  
**DATA DE INÍCIO DE ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 20/12/2018, às 09:00 horas.

**DATA LIMITE PARA ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 08/01/2019, às 10:45 horas.

**DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 08/01/2019, às 10:50 horas.

**DATA E HORA DO PREGÃO:** 08/01/2019, às 11:00 horas.

**PORTAL:** [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br)

**NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL:** 22701.

**AQUISIÇÃO:** O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permissão de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, 110 - Sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 de segunda à sexta-feira.

**INFORMAÇÕES:** Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2153321

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBGEAN/00151919

**NOME:** Hélio da Conceição Cruz. CNPJ/CPF Nº: 07.427.314/0001-14. **ENDEREÇO:** Rodovia BR 101 - KM 533 - São Roque. **MUNICÍPIO:** Paraty - RJ. **INFRAÇÃO:** auto lavrado por iniciar atividades de corte de aterro (terraplenagem) para implantação de curral sem o devido licenciamento ambiental, infringindo o artigo 64 da Lei Estadual nº 3.467/00. **ENQUADRAMENTO:** Art. 64 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Advertência. **PROCESSO Nº E-07/002.105907/2018.**

Id: 2153507

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 174/2018 (DT).  
**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ANA CAROLINA MARQUES GUIMARAES EPP.  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS DE 350 CV / 60 HZ - 4 POLOS PARA ELEVATORIA DA ROCINHA DE.  
**PRazo:** 60 (sessenta) dias.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 211.462,96 (duzentos e onze mil quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos).  
**DATA DA ASSINATURA:** 14/12/2018.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.132/2018 (Pregão Eletrônico nº 374/2018).

Id: 2153504

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 008/2018 (DI).  
**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e as empresas reunidas através do CONSORCIO MANUTENÇÃO LESTE I.  
**OBJETO:** Retificação de Itens da Planilha Orçamentária, com Acréscimo de valor.  
**PRazo:** Sem alteração do prazo contratual.  
**VALOR:** R\$ 3.306.496,38 (três milhões, trezentos e seis mil quatrocentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos).  
**DATA DA ASSINATURA:** 13/12/2018.  
**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-17/100.440/2015 (Concorrência Nacional nº 001/2016).

Id: 2153346

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 10 ao Contrato CEDAE nº 011/2016 (DT).  
**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e as empresas reunidas através do CONSORCIO TELAR-CONTRACTA.  
**OBJETO:** Prorrogação do prazo de execução do serviço.  
**PRazo:** 90 (noventa) dias.  
**VALOR:** Sem alteração do valor contratual.  
**DATA DA ASSINATURA:** 14/12/2018.  
**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-07/100.250/2017 (CN nº 011/2014).

Id: 2153347

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 065/2018 (DT).  
**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ENIMONT - EMPRESA NACIONAL DE INSTALAÇÕES E MONTAGENS LTDA.  
**OBJETO:** Prorrogação do prazo de execução do serviço.  
**PRazo:** 60 (sessenta) dias.  
**VALOR:** Sem alteração do valor contratual.  
**DATA DA ASSINATURA:** 14/12/2018.  
**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-07/100.508/2017 (TP nº 101/2016).

Id: 2153348

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2018 - ASL-DE.  
**OBJETO:** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUÇÃO, ASPIRAÇÃO E HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, BAIXADA FLUMINENSE E COSTA VERDE - LOTE I, LOTE II E LOTE III.  
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que se encontra à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) ou [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao), a Errata 02 ao Edital.

Id: 2153436

## INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO

## DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** 1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 003/2017.  
**PARTES:** INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ e a EMPRESA VENUS WOLD COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS E MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - EPP.  
**OBJETO:** Alteração da cláusula segunda do referido contrato de prestação de serviços, prorrogação do prazo de vigência, por mais 12 (doze) meses, dadas ao contrato o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 30/11/2018.  
**DATA DA ASSINATURA:** 30 de novembro de 2018  
**FUNDAMENTO:** Proc. nº E-07/020/236/2017.

Id: 2153183

Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

## SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA

## E ABASTECIMENTO

## CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO

## RIO DE JANEIRO S.A.

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 037/2018. **PARTES:** Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - CEASA-RJ e EMSIEM MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA ME. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns, de caráter contínuo, especializados em manutenção preventiva e corretiva, de instalações, edificações e equipamentos, na área de mercado da Unidade II - CEASA-RJ. **FUNDAMENTO:** Art. 71 da Lei nº 13.303/16. **DATA DA ASSINATURA:** 14/12/2018. **VIGÊNCIA:** Até 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura. **VALOR:** R\$ 1.715.000,00 (um milhão, setecentos e quinze mil reais). **PROCESSO Nº E-02/004/100253/2018.**

Id: 2153494

## SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA

## E ABASTECIMENTO

## CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO

## RIO DE JANEIRO S.A.

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 038/2018. **PARTES:** Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - CEASA-RJ e DB2 ENGENHARIA LTDA. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns, de caráter contínuo, especializados em manutenção preventiva e corretiva, de instalações, edificações e equipamentos, na área de mercado da Unidade I - CEASA-RJ. **FUNDAMENTO:** Art. 71 da Lei nº 13.303/16. **DATA DA ASSINATURA:** 18/12/2018. **VIGÊNCIA:** Até 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura. **VALOR:** R\$ 4.578.885,84 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e oito mil e oitenta e quatro centavos). **PROCESSO Nº E-02/004/100223/2018.**

Id: 2153497

## Secretaria de Estado de Cultura

## EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01 Processo nº E-18/001/100559/2018  
Projeto: O Príncipe Poeta e a Flor da cor do coração

Produção: Nacional  
Proponente: Arte Mestra Produções Eireli - ME  
CPF/CNPJ: 19.670.922/0001-34  
Patrocinador: OI Móvel S.A.  
CNPJ: 05.423.963/0133-61  
Valor Total Incentivado: R\$ 180.000,00  
Destinação Obrigatória Fundo (1/5 do Valor Incentivado): R\$ 36.000,00  
Valor Total de Contrapartida: R\$ 120.000,00

Id: 2153474

## EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01 Processo nº E-18/001/100533/2018  
Projeto: Lab Curta  
Produção: Nacional  
Proponente: Memory Audiovisual Ltda.  
CPF/CNPJ: 13.111.900/0001-58  
Patrocinador: Light Serviços de Eletricidade S.A.  
CNPJ: 60.444.437/0001-46  
Valor Total Incentivado: R\$ 295.200,00  
Destinação Obrigatória Fundo (1/5 do Valor Incentivado): R\$ 59.040,00  
Valor Total de Contrapartida: R\$ 73.800,00

Id: 2153484

Secretaria de Estado de  
Esporte, Lazer e Juventude

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

INSTRUMENTO: IV Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº

**PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, e a SOLAZER - O Clube dos Excepcionais.

**DATA DA ASSINATURA:** 29/11/2017.

**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Gestão nº 002/2015.

**PRazo:** 03 (três) meses e 15 (quinze) dias, dando-se ao contrato o prazo total de 39 (trinta e nove) meses e 15 (quinze) dias.

**VALOR:** Sem alteração de valor.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-30/001/462/2015; Lei nº 8.666/93;

**INSTRUMENTO:** V Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2015.  
**PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, e a Costa e Moura Assessoria e Marketing Esportivo Ltda - ME.

**DATA DA ASSINATURA:** 07/12/2018.

**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 004/2015.

**PRazo:** 06 (seis) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 51 (cinquenta e um) meses.

**VALOR:** R\$ 602.371,50 (seiscentos e dois mil trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos).

**FUNDAMENTO:** Processo nº E-30/001/082/2015; art. 57, inciso II, Lei nº 8.666/93;

**INSTRUMENTO:** VI Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2015.  
**PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, e a Costa e Moura Assessoria e Marketing Esportivo Ltda - ME.

**DATA DA ASSINATURA:** 07/12/2018.

**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 005/2015.

**PRazo:** 12 (doze) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 50 (cinquenta) meses.

**VALOR:** R\$ 505.056,00 (quinhentos e cinco mil cinquenta e seis reais).

**FUNDAMENTO:** Processo nº E-30/001/083/2015; art. 57, inciso II, Lei nº 8.666/93;

Id: 2153370

## Secretaria de Estado de Turismo

## EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica nº 25/2018.

**PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Turismo e a Prefeitura do Rio das Flores.

**OBJETO:** Conjugação de esforços entre os participantes, sem transferência de recursos, visando à difusão e promoção do artesanato fluminense, em consonância com a política de desenvolvimento social, econômico e turístico do Estado do Rio de Janeiro.

**PRazo:** 17/12/2018 a 16/12/2019.

**FUNDAMENTO:** Regido por toda legislação aplicável à espécie, especialmente pela Lei Federal nº 8.666/93, e alterações.

**PROCESSO Nº E-05/003/251/2017.**  
**DATA DE ASSINATURA:** 17/12/2018.

\*República por incorreção no original publicado no D.O. de 19/12/2018.

Id: 2153439

## Controladoria Geral do Estado

## CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGIME DISCIPLINAR

## 10ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

## EDITAL

A PRESIDENTE DA 10ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, nos autos do inquérito administrativo instaurado com base no Processo nº E-03/002/4063/2017 e, tendo em vista o disposto no artigo 75 do Decreto-Lei nº 220, de 18/07/75, faz saber ao servidor THIAGO BARCELOS CASTILHOS, Identidade Funcional nº 43889204, Professor Docente I, Nível C, Referência 03, Vínculo 2, que deverá comparecer à sede da referida Comissão situada nesta Cidade, na Avenida Erasmo Braga, 118, 12º andar, sala 1203, Centro/RJ, Tel: 2333-1893, no horário de 10 às 16 horas, a fim de prestar depoimento no processo administrativo disciplinar a que responde pelo cometimento de 10 (dez) faltas interpostas, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da primeira publicação do presente Edital.

Id: 2152221

## 10ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

## EDITAL

A PRESIDENTE DA 10ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, nos autos do inquérito administrativo instaurado com base no Processo nº E-03/004/3258/2016 e, tendo em vista o